



**CEEE**  
DISTRIBUIÇÃO

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – AGO 2021**  
**52ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**30 de abril de 2021**

**Horário: 09h00min**

**Local: No auditório da Sede social, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul,  
na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A1” – 4º andar**

Senhores Acionistas,

A Administração da CEEE-D em atendimento ao disposto nos artigos 122, 192 e 289 §3º, da Lei 6.404/76, e nos artigos 9 e 10 da Instrução CVM 481/09, propõe para aprovação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2021:

- 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, e manifestação do Conselho de Administração;**
- 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;**
- 3. Eleger Conselheiros de Administração.**

Informamos também que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os acionistas cujas ações estão depositadas na [B]<sup>3</sup> – Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia, deverão apresentar extrato emitido até 2 (dois) dias antes da Assembleia, contendo sua posição acionária, fornecido pelo órgão custodiante.

Para participar da Assembleia Geral, os Acionistas pessoa jurídica ou fundo de investimento, deverão apresentar até a data da realização da Assembleia, cópia autenticada do estatuto, contrato social ou do regulamento, e do instrumento de eleição ou indicação do representante legal que comparecer à Assembleia ou outorgar poderes a procurador.

Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, Parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Sociedade, na Secretaria Geral, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas da realização da Assembleia, na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, 7º andar, Bairro Jardim Carvalho, CEP 91.410-400, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei 6.404/1976 (a “Lei das S.A.”) e da instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada (a “ICVM” 481), os acionistas poderão participar também da Assembleia Geral mediante o preenchimento do Boletim de Voto a Distância. As orientações para sua participação nesta modalidade constam no próprio boletim que se encontra disponível no site de Relações com Investidores da Cia, em <http://ri.ceee.com.br>, no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM em [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), bem como, no site da [B]<sup>3</sup> – Brasil, Bolsa, Balcão em [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br).

Como é de conhecimento da população em geral, considerando a propagação de casos de COVID-19 (coronavírus) no Brasil, está claro que grandes reuniões e aglomerações devem ser evitadas por representarem ameaça à saúde dos participantes e da comunidade como um todo.

Tendo como um de seus propósitos norteadores a garantia da segurança e do bem estar dos seus empregados, colaboradores, acionistas e da comunidade em geral, a Companhia requer, sugere e recomenda fortemente aos seus acionistas que participem das Assembleias por meio do sistema de votação à distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância, observadas as instruções contidas no Manual para Participação nas Assembleias; evitando, assim, o comparecimento presencial nas Assembleias.

**Marco da Camino Ancona Lopez Soligo**  
**Diretor-Presidente**  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em exercício.**

**1 – TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, COM PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO CONSELHO FISCAL E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.****10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das Demonstrações Contábeis da Companhia. A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem em uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Contábeis sobre a situação financeira da Companhia. Os diretores da Companhia não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As Demonstrações Contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM.

**a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A diretoria informa que a Companhia, mesmo em um contexto financeiro, macroeconômico e político adverso vem realizando investimentos visando à ampliação da rede de atendimento de demanda e melhora nos padrões de qualidade e de eficiência operacional.

No cenário de pandemia provocado pela infecção do vírus COVID-19, vivenciado em 2020, a Companhia buscou acompanhar e mensurar todos os impactos em suas Demonstrações Contábeis do exercício, divulgando nota explicativa específica sobre os reflexos econômicos, financeiros e operacionais trazidos pela pandemia.

A estratégia para os próximos anos continuará centrada na captura das oportunidades de crescimento no segmento de distribuição, endossada pela capacidade de integrar a base de remuneração praticamente a totalidade dos investimentos efetuados na sua área de concessão.

No contexto setorial e macroeconômico a CEEE-D deu continuidade à política de redução dos custos operacionais gerenciáveis e vem colocando empenho no Programa de Combate às Perdas Não Técnicas, juntamente com renegociações de débitos de grandes consumidores, entre outras ações que contribuirão para o aumento da receita operacional.

Os investimentos para melhorar a robustez de suas redes de distribuição totalizaram R\$ 128,2 milhões e estão concentrados em redes de distribuição de Baixa e Média tensão.

Em 04 de julho de 2019, foi sancionada a Lei Estadual nº 15.298 que autoriza a desestatização da Companhia. Ato subsequente, em 16 de agosto de 2019, foi assinado contrato entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para estruturar o processo de desestatização da Companhia, considerando o objetivo de realização de alienação das ações da Empresa, com transferência do controle acionário, conforme especificações do Edital e de seus anexos. Em 19 de novembro de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União o Aviso de Homologação do Pregão Eletrônico nº 40/2019 – BNDES, tendo sido adjudicado o seu objeto ao Consórcio Minuano Energia e à Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.

Em 08 de dezembro de 2020 foi disponibilizado ao mercado através do site da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul: (<https://sema.rs.gov.br/privatizacoes>), o edital do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D, através da oferta de lote único aproximado de 44.959.522 (quarenta e quatro milhões e novecentas e cinquenta e nove mil e quinhentas e vinte e duas) ações, nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEEE-D e de propriedade da CEEE-Par,

representativas de, no mínimo, 65,87% (sessenta e cinco inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) do capital social total da CEEE-D, pelo preço mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), previsto para ocorrer em 03 de fevereiro de 2021, na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 18 de janeiro de 2021 a Companhia divulgou comunicado ao mercado deliberado pela prorrogação da data para entrega das propostas até o dia 26 de março de 2021 e da data de início da sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D para o dia 31 de março de 2021 às 08h00min. Em 15 de março de 2021 foi proferida decisão judicial concedendo efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento número 5038070-59.2021.8.21.7000, com o fim de suspender a realização da sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D, agendada para o dia 31 de março de 2021.

Em 23 de março de 2021 foi proferida decisão judicial pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ acatando o pedido da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul – PGE/RS, suspendendo os efeitos da liminar anterior, e mantendo a realização da sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D, agendada para o dia 31 de março de 2021.

Com relação aos índices de liquidez e endividamento, a Companhia vem apresentando ao longo dos três últimos exercícios os seguintes resultados:

INDICADORES - 2020/2019/2018	2020	2019	2018
<b>1 - Liquidez</b>			
Liquidez Geral (AC+ANC) / (PC+PNC)	0,41	0,53	0,53
<b>2 - Endividamento</b>			
Grau de Endividamento (PC+PNC) / AT	243,04%	187,86%	156,70%
Endividamento Financeiro (Empréstimos+Encargos) / AT	23,52%	18,67%	19,35%
<b>3 - Estrutura de Endividamento</b>			
Endividamento de Curto Prazo (Empréstimos CP) / Empréstimos Total	6,99%	6,92%	6,87%
Endividamento de Longo Prazo (Empréstimos LP) / Empréstimos Total	93,01%	93,08%	93,13%
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiamentos - Caixa e Equivalentes de Caixa)	889.261	709.394	665.320
<b>4 - Rentabilidade</b>			
ROE - Taxa de Retorno sobre Investimentos (LL / AT)	-40,42%	-25,77%	-23,85%
<b>5 - Lucratividade</b>			
Margem Líquida (LL / ROL)	-46,18%	-31,95%	-29,68%
<b>6 - Análise Avançada</b>			
Capital Circulante Líquido (AC - PC)	(988.535)	(3.160.795)	(1.872.026)
<b>7 - Retorno sobre o Capital Investido</b>			
EBITDA (Resultado do Serviço + Depreciação)	-537.619	-420.267	-353.660
Margem EBITDA (EBITDA / ROL)	-15,30%	-12,40%	-10,61%

#### b. Estrutura de capital:

Os diretores comentam que a Companhia tem sua estrutura de capital representada, em 31 de dezembro de 2020 por um endividamento no passivo de R\$ 9,7 bilhões, sendo 21% deste total representado por dívidas de curto prazo e 79% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2019 por um endividamento de R\$ 7,9 bilhões, sendo 56% deste total representado por dívidas de curto prazo e 44% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018 a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de R\$ 6,5 bilhões, sendo 49% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 51% representado por dívidas de longo prazo.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida na relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ -5.742 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 889,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o

Patrimônio Líquido é de R\$ -3.690 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 709,4 milhões. O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ -2.352 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 665,3 milhões.

A CEEE-D tem sua estrutura de capital formada conforme quadro a seguir:

(valores xpressos em R\$ mil, e exceto percentuais)	Capital Próprio x Capital de Terceiros					
	31/12/2020	AV %	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %
<b>Capital de Terceiros</b>						
Passivo Circulante	2.080.674	51,82%	4.446.964	105,87%	3.208.767	76,89%
Passivo Não Circulante	7.677.083	191,22%	3.443.706	81,99%	3.316.910	79,48%
<b>Total do Passivo</b>	<b>9.757.758</b>	<b>243,04%</b>	<b>7.890.670</b>	<b>187,86%</b>	<b>6.525.677</b>	<b>156,37%</b>
<b>Capital de Próprio</b>						
Patrimônio Líquido	-5.742.894	-143,04%	-3.690.282	-87,86%	-2.352.441	-56,37%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>-5.742.894</b>	<b>-143,04%</b>	<b>-3.690.282</b>	<b>-87,86%</b>	<b>-2.352.441</b>	<b>-56,37%</b>
<b>Total (Cap. Próprio + Cap Terceiros)</b>	<b>4.014.864</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.200.389</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.173.236</b>	<b>100,00%</b>

O Padrão de financiamentos das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela relação entre o endividamento e o patrimônio líquido, sendo 156,37% em 2018, 187,86% em 2019 e 243,04% em 2020.

A Companhia informa que não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

#### **c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

As principais necessidades de recursos da CEEE-D referem-se a (i) pagamento ou refinanciamento de dívidas, principalmente as tributárias e (ii) financiamento dos seus empreendimentos de Distribuição.

A Companhia monitora seus compromissos com base no índice de alavancagem financeira, expresso pela Dívida Líquida, o qual corresponde à diferença existente entre os empréstimos e financiamentos e os valores de caixa e equivalentes de caixa.

Em 2020 os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 889,3 milhões.

Em 2019 os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 709,3 milhões e, no mesmo período em 2018, os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 665,3 milhões.

#### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

No decorrer dos últimos 3 (três) anos, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento da CEEE-D foram: (i) empréstimos recebidos de fontes nacionais e internacionais, tais como ELETROBRÁS, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD; (ii) Mútuo financeiro entre a CEEE-D e a CEEE-GT e financiamento através da inadimplência de tributos, em especial, de ICMS.

#### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

A Companhia monitora a necessidade de estruturação de operações financeiras, a fim de suprir eventual necessidade para cobertura de deficiências de Liquidez. Caso seja necessário obter recursos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, a CEEE-D poderá eventualmente pactuar operações junto a instituições financeiras, principalmente na modalidade de constituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, além daqueles já contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e ELETROBRAS.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

As operações de créditos estruturadas pela Companhia junto aos agentes financeiros são analisadas no intuito de obter a oferta nas características mais vantajosa à Concessionária. Os níveis de endividamento são constantemente monitorados pela Companhia e analisados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL sempre que a CEEE-D estrutura uma operação financeira, o qual para sua efetivação depende de autorização do regulador.

Em 2020 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 23,52% sobre o ativo total, onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 934,2 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

2020					
Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo(R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - RGR	RGR	2025	9.952	1,054%	
<b>Saldo Dívida Moeda Nacional</b>			<b>9.952</b>		<b>0,25%</b>
Agência Francesa de Desenv.-AFD	US\$/Libor	2036	373.521	39,563%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	560.637	59,383%	
<b>Saldo Dívida Moeda Externa</b>			<b>934.158</b>		<b>23,27%</b>
<b>Saldo da Dívida Total</b>			<b>944.110</b>	<b>100%</b>	<b>23,52%</b>

\*índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Em 2019 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 18,91% sobre o ativo total, onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 784,4 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo(R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - RGR	RGR	2025	12.159	1,550%	
<b>Saldo Dívida Moeda Nacional</b>			<b>12.159</b>		<b>0,29%</b>
Agência Francesa de Desenv.-AFD	US\$/Libor	2036	307.820	39,242%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	464.443	59,208%	
<b>Saldo Dívida Moeda Externa</b>			<b>772.263</b>		<b>18,62%</b>
<b>Saldo da Dívida Total</b>			<b>784.422</b>	<b>100%</b>	<b>18,91%</b>

\*índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Em 2018 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 19,24% sobre o ativo total, onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 786,6 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - RGR	RGR	2025	16.077	2,00%	
<b>Saldo Dívida Moeda Nacional</b>			<b>16.077</b>	-	<b>0,39%</b>
Agência Francesa de Desenv.- AFD	US\$/Libor	2036	313.321	39,03%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	473.328	58,97%	
<b>Saldo Dívida Moeda Externa</b>			<b>786.649</b>	-	<b>18,85%</b>
<b>Saldo da Dívida Total</b>			<b>802.726</b>	<b>100%</b>	<b>19,24%</b>

\* Índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Salientamos que no saldo da dívida total não estão contemplados os valores devidos aos consumidores pela indenização de extensão de redes.

**i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

Nos últimos 3 (três) exercícios, 2020, 2019 e 2018, a CEEE-D não contraiu novos financiamentos, apenas houve as liberações previstas nos contratos anteriormente firmados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D). O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 131 milhões.

O contrato de empréstimo nº CBR 1015 entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$ 87 milhões, teve sua liberação total completada em 2017, não havendo novos recursos a ser desembolsados.

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram demonstradas nos itens anteriores.

**iii. Grau de subordinação entre dívidas**

A CEEE-D não possui dívidas subordinadas. Por sua vez, as dívidas garantidas pela União com contra garantia do estado do RS foram firmadas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD que juntos perfazem o valor de US\$ 179,7 milhões em 2020, aproximadamente R\$ 897,4 milhões.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, a alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não há restrições impostas nos contratos de financiamentos junto às instituições que limitem endividamentos ou contratação de novas dívidas à distribuição de dividendos, a alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário. Como forma de monitoramento há cláusulas contratuais de Índices de Cobertura que são periodicamente medidos pelos agentes financeiros e pela Concessionária para que não haja o desenquadramento desse índice, o que pode ocasionar um evento de avaliação antecipado da dívida.

**g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Atualmente em fase de utilização, a Concessionária tem contratado financiamentos abaixo descritos:

a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor total de US\$ 130,56 milhões, dos quais em 2018 foram liberadas as últimas parcelas no valor de US\$ 39,98 milhões, tendo sido efetuadas 100% das liberações previstas no contrato.

b) Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor total de US\$ 87,46 milhões, dos quais já foram liberados US\$ 87,46 milhões, correspondendo a 100% do contrato.

b) Eletrobras, no valor de R\$ 130,9 milhões, já liberados R\$ 56,7 milhões, correspondente a 43%. Porém, não haverá novas liberações.

#### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia apresenta os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e comenta as principais variações.

As informações constantes nos balanços patrimoniais e demonstrações de resultado referentes aos exercícios de 2020, 2019 e 2018 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

	31/12/2020	ANÁLISE		31/12/2019	ANÁLISE		31/12/2018	ANÁLISE
		VERTICAL	HORIZONTAL		VERTICAL	HORIZONTAL		
REAPRESENTADO								
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>								
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	54.849	1%	-27%	75.028	2%	-45%	137.406	3%
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	737.308	18%	4%	711.166	17%	1%	701.375	17%
Tributos a Recuperar .....	7.997	0%	38%	5.777	0%	-60%	14.322	0%
Estoques .....	21.849	1%	-42%	37.672	1%	-8%	40.891	1%
Ativo Financeiro Setorial .....	67.991	2%	-32%	99.459	2%	-39%	161.894	4%
Outros Créditos a Receber .....	202.145	5%	-43%	357.067	9%	39%	256.605	6%
	1.092.139	27%	-15%	1.286.169	31%	-2%	1.312.493	32%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>								
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	88.773	2%	14%	77.934	2%	-21%	98.767	2%
Tributos a Recuperar .....	66.673	2%	24%	53.617	1%	29%	41.445	1%
Depósitos Judiciais .....	167.621	4%	34%	125.405	3%	68%	74.639	2%
Ativo Contratual (infra estrutura em construção) .....	309.904	8%	-12%	353.089	8%	-27%	481.849	12%
Ativo Financeiro da Concessão .....	253.046	6%	0%	222.738	5%	17%	189.914	5%
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda .....	3.698	0%	-91%	42.457	1%	0%	42.457	1%
Outros Créditos a Receber .....	1.871	0%	-1%	1.888	0%	0%	1.888	0%
Imobilizado .....	192.359	5%	-4%	200.684	5%	-3%	206.776	5%
Direito de Uso .....	37.305	1%	-19%	45.886	1%	0%	-	0%
Intangível .....	1.801.473	45%	1%	1.790.522	43%	5%	1.698.758	41%
	2.922.725	73%	0%	2.914.220	69%	3%	2.836.494	68%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.014.864</b>	<b>100%</b>	<b>-4%</b>	<b>4.200.389</b>	<b>100%</b>	<b>1%</b>	<b>4.148.987</b>	<b>100%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>								
Fornecedores .....	729.458	18%	20%	606.297	14%	3%	587.225	14%
Obrigações Trabalhistas .....	71.716	2%	-11%	80.817	2%	19%	68.122	2%
Obrigações Fiscais .....	490.762	12%	-83%	2.823.944	67%	86%	1.519.808	37%
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	65.950	2%	21%	54.313	1%	-2%	55.184	1%
Arrendamentos a Pagar .....	14.476	0%	13%	12.766	0%	100%	-	0%
Provisões para Benefícios a Empregados .....	175.640	4%	-2%	178.756	4%	-17%	214.875	5%
Obrigações da Concessão .....	230.665	6%	-16%	275.902	7%	-39%	450.712	11%
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	95.229	2%	69%	56.203	1%	-26%	76.366	2%
Outros Passivos .....	206.778	5%	-42%	357.967	9%	69%	212.226	5%
	2.080.674	52%	-53%	4.446.964	106%	40%	3.184.519	77%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>								
Fornecedores .....	250.326	6%	-27%	344.184	8%	-32%	502.704	12%
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	878.160	22%	20%	730.109	17%	-2%	747.543	18%
Arrendamentos a Pagar .....	23.907	1%	-29%	33.782	1%	100%	-	0%
Provisões para Benefícios a Empregados .....	1.375.719	34%	16%	1.185.476	28%	22%	970.695	23%
Obrigações Fiscais .....	3.848.882	96%	3384%	110.459	3%	-33%	164.821	4%
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	287.384	7%	6%	270.939	6%	94%	139.512	3%
Obrigações da Concessão .....	366.914	9%	13%	324.307	8%	-7%	350.493	8%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	30.399	1%	-30%	43.548	1%	17%	37.065	1%
Obrigações com Partes Relacionadas .....	313.016	8%	-16%	373.164	9%	0%	373.240	9%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital .....	270.008	7%	100%	-	0%	0%	-	-
Outros Passivos .....	32.368	1%	17%	27.737	1%	-10%	30.836	1%
	7.677.083	191%	123%	3.443.706	82%	4%	3.316.909	80%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital Social .....	23.703	1%	0%	23.703	1%	0%	23.703	1%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital .....	-	0%	-100%	177.202	4%	0%	177.202	4%
Reserva de Incentivos Fiscais .....	-	0%	0%	-	0%	-100%	1.592.060	38%
Outros Resultados Abrangentes .....	(1.160.085)	-29%	28%	(907.573)	-22%	39%	(652.244)	-16%
Prejuízos Acumulados .....	(4.606.512)	-115%	54%	(2.983.614)	-71%	-15%	(3.493.162)	-84%
	(5.742.894)	-143%	56%	(3.690.282)	-88%	57%	(2.352.441)	-57%
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.014.864</b>	<b>100%</b>	<b>-4%</b>	<b>4.200.389</b>	<b>100%</b>	<b>1%</b>	<b>4.148.987</b>	<b>100%</b>



**Analisando as principais variações em 31 de dezembro de 2020 comparadas com 31 de dezembro de 2019, os Diretores esclarecem que:**

#### **Ativo Circulante**

##### *Caixa e Equivalente de Caixa*

O grupo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentou redução de 27%, uma vez que o saldo em dezembro de 2020 era de R\$ 54,8 milhões ante ao saldo de R\$ 75 milhões em dezembro de 2019. Não ocorreram eventos atípicos responsáveis por esta variação além daqueles ordinários da operação da Companhia.

##### *Tributos a Recuperar*

O saldo da conta de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no montante de R\$ 7,9 e R\$ 5,8 milhões, assim respectivamente, apresentou uma elevação de 38% na comparação entre os dois períodos, devido, principalmente, à apropriação de IRPJ e CSLL sobre saldo negativo de prejuízos acumulados.

##### *Estoques*

O grupo de estoques apresentou redução de 42% no saldo de 2020 ante ao saldo de 2019, representado por R\$ 21,8 milhões e 37,7 milhões, respectivamente. Esta redução se deve, principalmente, às alienações de materiais inservíveis ocorridas em 2020 por meio de leilões.

##### *Ativo Financeiro Setorial*

Esta conta reduziu cerca de 32% em 31 de dezembro de 2020, quando apresentou o saldo de R\$ 67,9 milhões, em comparação com o exercício anterior, quando tinha o saldo de R\$ 99,5 milhões. A justificativa de tal variação se deve ao reconhecimento dos valores de CVA (Conta de Compensação e Variação da Parcela A) no reajuste de 2019 por níveis mais elevados que a constituição de 2020. Isso provoca maiores níveis de amortização do exercício anterior do que constituições do exercício corrente.

##### *Outros Créditos a Receber*

O valor desta rubrica apresentou redução de 43% no exercício de 2020, apresentando o saldo de R\$ 202 milhões, o qual era de R\$ 357 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se ao subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) na ordem de R\$ 283 milhões em 2019, quando em 2020 o valor foi de R\$ R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

#### **Ativo Não Circulante**

##### *Tributos a Recuperar*

O saldo da rubrica Tributos a Recuperar em 2020 é de R\$ 66,7 milhões, apresentando um aumento de 24% em relação ao exercício anterior, que apresentava o valor de R\$ 53,7 milhões. Este aumento refere-se, principalmente, aos registros de apropriação do ICMS a recuperar sobre as compras de ativo imobilizado.

##### *Depósitos Judiciais*

O saldo da conta de depósitos judiciais apresentou elevação de 34%, representado pelo montante de R\$ 167,6 milhões em 2020 e por R\$ 125,4 milhões em 2019. Este aumento da conta em 2020 se refere às penhoras judiciais vultuosas sobre os processos judiciais ligados às diferenças do plano de carreira (PCS) e do Bônus Alimentação.

##### *Ativo Contratual (Infraestrutura em Construção)*

O saldo desta conta em 2020 reduziu 12%, apresentando o valor de R\$ 309,9 milhões, quando em 2019 era de R\$ 353,1 milhões. A redução é justificada pelas unitizações (reclassificação do imobilizado em curso para imobilizado em serviço) ocorridas em 2020, aliado aos menores níveis de investimentos neste exercício, em comparação ao ano anterior. Os saldos das unitizações, que reduzem o Ativo Contratual, são incrementados no Ativos Financeiro e Intangível da Concessão.

#### *Bens e Direitos Destinados à Alienação*

Os bens e direitos foram reduzidos em R\$ 38,7 milhões em 2020, com o saldo de R\$ 3,7 milhões ante ao saldo de R\$ 42,5 milhões em 2019. Esta redução se deve ao registro da provisão de perda sobre os ativos ligados aos hortos florestais da Companhia. Os Hortos Florestais eram destinados ao plantio, tratamento e beneficiamento de madeiras para a produção de postes que eram utilizados nas redes de distribuição da Companhia até o ano de 2012. A partir de 2013, a usina de preservação de madeira foi desativada e a Companhia passou a adquirir postes de concretos para a sua operação. Desde então, a Companhia vem empreendendo ações para alienar e vender os hortos florestais, entretanto, houve fracasso dos últimos leilões realizados. Neste sentido, a provisão de perda foi registrada devido à dificuldade de encontrar mercado ativo de compradores para estes ativos.

#### **Passivo Circulante**

##### *Fornecedores*

O saldo da conta de fornecedores apresentou aumento de 20%, com o saldo de R\$ 729,5 milhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 606,2 milhões em 2019. Este aumento se deve, principalmente, aos maiores níveis de provisões sobre as compras de energia elétrica registradas em dezembro de 2020 quando comparada ao mesmo período do exercício anterior.

##### *Obrigações Fiscais*

As obrigações fiscais apresentarão redução de 83%, apresentando o saldo de R\$ 490,7 milhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 2.823,9 milhões em 2019. Esta redução no circulante se deve aos parcelamentos firmados junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”). Foram parcelados as obrigações vinculadas aos Autos de Infração nºs 0042237300, 9000032445, 00967339294, 0968934390, 0969862563 e 0969913508 e decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências agosto/2016 a dezembro/2016, setembro/2017 a agosto/2018 e novembro/2018 a março/2020. A Companhia também repactuou os parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS referente a inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências março/2020 e setembro/2020.

##### *A Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações*

O saldo dos empréstimos e financiamentos aumentaram de R\$ 54,3 milhões em 2019 para R\$ 65,9 milhões em 2020, representando uma elevação de 21%, sendo explicado principalmente pela alta da cotação da moeda norte-americana (US\$) frente à moeda brasileira (BRL). Em 2020 a desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foi de 29,1%, passando de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019.

##### *O Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias*

As provisões apresentaram aumento de 69%, passando de R\$ 56,2 milhões em 2019 para R\$ 95,2 milhões em 2020. Esta variação ocorreu porquê, em 2019, o saldo estava demonstrado pelo valor líquido dos depósitos registrados no ativo. Esta prática foi alterada a partir do 1T2020. O aumento também é explicado pela revisão das premissas do cálculo das provisões trabalhistas e cíveis, na qual foi excluído o redutor de provisões até então aplicado conforme a fase de andamento processual.

##### *Outros passivos*

A conta de outros passivos reduziu de R\$ 357,9 milhões em 2019 para R\$ 206,7 milhões em 2020, representando uma redução de 42%, isso devido, principalmente, ao saldo de reconhecimentos do subsídio CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 2019, que representou R\$ 283 milhões, sendo que em 2020 o saldo foi de R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para amortização ao longo do ciclo posterior.

**Passivo não Circulante***Fornecedores*

O saldo desta conta apresentou redução de 27% em 2020, com o saldo de R\$ 250,3 milhões frente ao saldo de R\$ 344,1 milhões no exercício anterior. A redução é devida pela quitação de parcelas relativas a repactuação de dívidas sobre a compra de energia Itaipu.

*Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações*

O saldo dos empréstimos e financiamentos aumentaram de R\$ 730,1 milhões em 2019 para R\$ 878,2 milhões em 2020, representando uma elevação de 20%, sendo explicado principalmente pela alta da cotação da moeda norte-americana (US\$) frente à moeda brasileira (BRL). Em 2020 a desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foi de 29,1%, passando de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019.

*Provisões para Benefícios à Empregados*

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante.

Em comparação com o exercício anterior, ocorreu o aumento de 190,2 milhões na provisão para benefícios a empregados, passando de 1.185,5 milhões em 2019 para 1.375,7 milhões em 2020. O aumento é decorrente, principalmente, pela redução das taxas de desconto, aumento na experiência da população e a redução no valor dos ativos dos planos.

*Obrigações Fiscais*

As obrigações fiscais apresentarão elevação de 3.384%, apresentando o saldo de R\$ 3.848,9 bilhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 110,5 milhões em 2019. Este aumento nos saldos do não circulante se deve aos parcelamentos firmados junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”). Foram parcelados as obrigações vinculadas aos Autos de Infração nºs 0042237300, 9000032445, 00967339294, 0968934390, 0969862563 e 0969913508 e decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências agosto/2016 a dezembro/2016, setembro/2017 a agosto/2018 e novembro/2018 a março/2020. A Companhia também repactuou os parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente a inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências março/2020 e setembro/2020.

*Obrigações com Partes Relacionadas*

As obrigações com partes relacionadas apresentaram uma redução de 16%, representada pelo saldo de R\$ 313 milhões no encerramento de 2020 ante ao saldo de R\$ 373 milhões em 2019. A principal causa desta redução foi o pagamento de R\$ 86 milhões à CEEE-GT referente à operação de mútuo, sendo R\$ 72 milhões de principal e R\$ 14 milhões de juros. No período de 2020, foram apropriados R\$ 26 milhões de encargos.

*Adiantamento para Futuro Aumento de Capital*

Esta conta apresentou saldo de R\$ 270 milhões em 2020, sendo que em 2019 possuía saldo zero. Este valor de R\$ 270 milhões refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Controladora CEEE-PAR. Em 2017, o adiantamento para futuro aumento de capital foi de R\$ 84.993; em 2018, o valor foi de R\$ 92.209; e em 2020, o novo aporte foi de R\$ 92.806.

### ***Patrimônio Líquido a Descoberto***

No exercício de 2020, o saldo apurado de patrimônio líquido a descoberto aumentou 56% em comparação ao exercício anterior, representando o montante de R\$ 5.742,9 e R\$ 3.690,3 bilhões, respectivamente, de valores em excesso de passivos sobre os ativos.

Os Diretores esclarecem que as ações de reversão destes desequilíbrios estão alinhadas com o plano de desestatização oficializado pelo acionista majoritário, o Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual nº 15.298/2019, conforme detalhado no item 10.1, subitem a.

**Analisando as principais variações em 31 de dezembro de 2019 comparadas com 31 de dezembro de 2018, os Diretores esclarecem que:**

### **Ativo Circulante**

#### *Caixa e Equivalente de Caixa*

O grupo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentou redução de 45%, uma vez que o saldo em dezembro de 2019 era de R\$ 75 milhões ante ao saldo de R\$ 137,4 milhões em dezembro de 2018. Esta variação é justificada pelo aporte de recursos em 2018 através do Mútuo firmado com a CEEE-GT, com parcelas que ingressaram em agosto, setembro e outubro de 2018, as quais somaram o valor total de R\$ 300 milhões. Também contribuiu para o incremento de caixa em 2018 o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no montante de R\$ 92 milhões, realizado pela CEEE-PAR.

#### *Tributos a Recuperar*

O saldo da conta de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de R\$ 5,8 e R\$14,3 milhões, assim respectivamente, apresentou uma redução de 60% na comparação entre os dois períodos, devido, principalmente, à utilização de créditos de impostos e contribuições federais.

#### *Ativo Financeiro Setorial*

Esta conta reduziu cerca de 39% em 31 de dezembro de 2019, quando apresentou o saldo de R\$ 99,5 milhões, em comparação com o exercício anterior, quando tinha o saldo de R\$ 161,9 milhões. A justificativa de tal variação se deve ao fato de que em 2018 os ajustes da CVA (Conta de Compensação e Variação da Parcela A) homologados e registrados em 2018 representaram valores mais elevados do que os registrados ao longo do ciclo de 2019, levando a maiores níveis de amortização do exercício anterior do que constituições do exercício corrente.

#### *Outros Créditos a Receber*

O valor desta rubrica apresentou elevação de 39% no exercício de 2019, apresentando o saldo de R\$ 357 milhões, o qual era de 257 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se ao reconhecimento dos subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) na ordem de R\$ 283 milhões em 2019, quando em 2018 o valor foi de R\$ R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

### **Ativo Não Circulante**

#### *Consumidores, Concessionários e Permissionários*

O saldo da rubrica Consumidores, Concessionários e Permissionários em 2019 e 2018 é de R\$ 77,9 e R\$ 98,7 milhões, respectivamente. Esta redução de 21% foi resultante da reclassificação do AVP (Ajuste a Valor

Presente), no montante de R\$ 32 milhões, do Ativo Circulante para o Não Circulante. O AVP tem o objetivo de reduzir o saldo dos parcelamentos de longo prazo firmados com os consumidores, que carregam nas parcelas os encargos financeiros pré fixados.

#### *Tributos a Recuperar*

O saldo da rubrica Tributos a Recuperar em 2019 é de R\$ 53,6 milhões, apresentando um aumento de 29% em relação ao exercício anterior, que apresentava o valor de R\$ 41,4 milhões. Este aumento refere-se aos registros de apropriação dos tributos estaduais a recuperar. Estes tributos têm expectativa de realização de até quatro anos.

#### *Ativo Contratual (Infraestrutura em Construção)*

O saldo desta conta em 2019 reduziu 27%, apresentando o valor de R\$ 353 milhões, quando em 2018 era de R\$ 481,8 milhões. A redução é justificada pelo elevado volume de unitizações (reclassificação do imobilizado em curso para imobilizado em serviço) em 2019, aliado aos menores níveis de investimentos neste exercício, em comparação ao ano anterior.

#### *Direito de Uso*

O saldo em 2019, R\$ 45,8 milhões, representado pela adoção inicial da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

### **Passivo Circulante**

#### *Obrigações Fiscais*

O saldo da conta de obrigações fiscais em 2019 e 2018 é de R\$ 2.823 e R\$ 1.520 milhões, respectivamente. O aumento de 68% refere-se, principalmente, aos valores inadimplidos de ICMS ao longo do exercício de 2019, os quais somam cerca de R\$ 1.193 milhões.

#### *Arrendamentos a Pagar*

Saldo em 2019, R\$ 12,7 milhões, se refere à adoção inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

#### *Provisões para Benefícios a Empregados*

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante.

Em comparação com o exercício anterior, aumento de 178,7 milhões na provisão para benefícios a empregados, de 1.185,6 milhões em 2018 para 1.364,2 milhões em 2019, no ativo circulante e não circulante, é decorrente principalmente da redução nas taxas de desconto utilizadas no cálculo atuarial. Em média, frente à política de redução de juros da economia brasileira ocorrida em 2019, e que também projeta reduções para os próximos exercícios, estas taxas de desconto dos passivos dos planos foram reduzidas em cerca de 1,72%.

#### *Obrigações da Concessão*

O saldo da conta de obrigações da concessão em 2019 e 2018 é de R\$ 275,9 e R\$ 450,7 milhões, assim respectivamente. A redução de 39% refere-se, principalmente, à quitação das parcelas relativas a repactuação de dívidas de encargos intrasetoriais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

#### *Outros Passivos*

Esta conta apresentou aumento de 69%, apresentando o saldo de R\$ 357,9 milhões em 2019 ante ao saldo de R\$ 212,2 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se ao reconhecimento dos subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) na ordem de R\$ 283 milhões em 2019, quando em 2018 o valor reconhecido foi de R\$ R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

#### **Passivo não Circulante**

##### *Fornecedores*

O saldo desta conta apresentou redução de 32% em 2019, com o saldo de R\$ 344,2 milhões frente ao saldo de R\$ 502,7 milhões no exercício anterior. A redução é devida pela quitação de parcelas relativas a repactuação de dívidas sobre a compra de energia Itaipu.

##### *Arrendamentos a Pagar*

O valor em 2019 de R\$ 33,7 milhões, se refere à adoção inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

##### *Provisões para Benefícios à Empregados*

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante.

Em comparação com o exercício anterior, aumento de 178,7 milhões na provisão para benefícios a empregados, de 1.185,6 milhões em 2018 para 1.364,2 milhões em 2019, no ativo circulante e não circulante, é decorrente principalmente da redução nas taxas de desconto utilizadas no cálculo atuarial. Em média, frente à política de redução de juros da economia brasileira ocorrida em 2019, e que também projeta reduções para os próximos exercícios, estas taxas de desconto dos passivos dos planos foram reduzidas em cerca de 1,72%.

##### *Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias*

Para esta conta ocorreu o aumento de 94% no saldo de 2019, com valor de R\$ 270,9 milhões, em comparação ao saldo do exercício anterior, que era de R\$ 139,5 milhões. Dois fatores são os principais causadores deste aumento, sendo eles: i) o maior quantitativo de processos registrados em 2019; e ii) o registro de complemento na provisão sobre a ação coletiva movida pelo Sindicato Senergisul.

#### **Patrimônio Líquido a Descoberto**

No exercício de 2019 o saldo apurado de patrimônio líquido a descoberto aumentou 57% em comparação ao exercício anterior, representando o montante de R\$ 3.690,3 e R\$ 2.352,4 milhões, respectivamente, de valores em excesso de passivos sobre os ativos.

Os Diretores esclarecem que as ações de reversão destes desequilíbrios estão alinhadas com o plano de desestatização oficializado pelo acionista majoritário, o Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual nº 15.298/2019, conforme detalhado no item 10.1, subitem a.

As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro entre os exercícios de 2020 e 2019 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2020	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2019	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2018	ANÁLISE VERTICAL
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>5.824.694</b>	<b>66%</b>	<b>-2%</b>	<b>5.952.859</b>	<b>76%</b>	<b>1%</b>	<b>5.899.209</b>	<b>77%</b>
Fornecimento de Energia Elétrica .....	4.830.032	37%	-3%	4.983.946	47%	0%	4.966.464	49%
Suprimento de Energia Elétrica .....	15.114	-100%	-31%	21.971	-99%	100%	47.866	-99%
Disponibilização do Sistema de Distribuição .....	289.321	-92%	17%	247.796	-93%	15%	214.966	-94%
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	173.553	-95%	-47%	324.587	-90%	72%	188.869	-94%
Receita de Construção .....	151.853	-96%	8%	141.024	-96%	-33%	208.993	-94%
Remuneração do Ativo Financeiro .....	10.111	-100%	56%	6.469	-100%	-11%	7.267	-100%
Outras Receitas Operacionais .....	354.710	-90%	56%	227.066	-93%	-14%	264.784	-92%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>(2.310.249)</b>	<b>-166%</b>	<b>-10%</b>	<b>(2.564.708)</b>	<b>-176%</b>	<b>0%</b>	<b>(2.565.381)</b>	<b>-177%</b>
ICMS .....	(1.339.079)	-138%	-8%	(1.455.301)	-143%	5%	(1.382.214)	-141%
PASEP e COFINS .....	(526.798)	-115%	-2%	(539.155)	-116%	4%	(516.636)	-115%
Outros Encargos .....	14.822	-100%	-245%	(10.248)	-100%	-44%	(18.307)	-101%
Encargos Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE .....	(33.878)	-101%	4%	(32.646)	-101%	4%	(31.387)	-101%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE .....	(422.033)	-112%	-19%	(524.235)	-115%	-15%	(613.779)	-118%
Taxa de Fiscalização - TFSEE .....	(3.283)	-100%	5%	(3.124)	-100%	2%	(3.057)	-100%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>3.514.445</b>	<b>0%</b>	<b>4%</b>	<b>3.388.151</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>3.333.828</b>	<b>0%</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(3.574.588)</b>	<b>-202%</b>	<b>2%</b>	<b>(3.516.298)</b>	<b>-204%</b>	<b>0%</b>	<b>(3.501.159)</b>	<b>-205%</b>
Custo com Energia Elétrica	(2.747.742)	-178%	3%	(2.662.678)	-179%	1%	(2.633.661)	-179%
Energia Elétrica Comprada para Revenda .....	(2.265.051)	-164%	0%	(2.270.738)	-167%	4%	(2.189.051)	-166%
Encargo de Uso do Sistema .....	(482.692)	-114%	23%	(391.940)	-112%	-12%	(444.610)	-113%
Custo de Operação	(826.846)	-124%	-3%	(853.621)	-125%	-2%	(867.498)	-126%
Pessoal e Administradores .....	(396.799)	-111%	-7%	(426.119)	-113%	1%	(423.563)	-113%
Material .....	(17.331)	-100%	-32%	(25.323)	-101%	22%	(20.800)	-101%
Serviço de Terceiros .....	(129.711)	-104%	3%	(126.223)	-104%	63%	(77.567)	-102%
Depreciação e Amortização .....	(6.332)	-100%	84%	(3.442)	-100%	120%	(1.564)	-100%
Depreciação do Ativo de Direito de Uso .....	(12.751)	-100%	5%	(12.110)	-100%	0%	-	-100%
Custo de Construção .....	(151.851)	-104%	8%	(141.024)	-104%	-33%	(208.993)	-106%
Amortização do Intangível da Concessão .....	(100.810)	-103%	5%	(95.709)	-103%	3%	(92.953)	-103%
Outros .....	(11.261)	-100%	-52%	(23.671)	-101%	-44%	(42.058)	-101%
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>(60.143)</b>	<b>-102%</b>	<b>-53%</b>	<b>(128.149)</b>	<b>-104%</b>	<b>-23%</b>	<b>(167.331)</b>	<b>-105%</b>
Despesas Operacionais	(581.797)	-117%	35%	(429.651)	-113%	41%	(304.811)	-109%
Despesas com Vendas	(167.204)	-105%	19%	(140.331)	-104%	23%	(114.511)	-103%
Despesas Gerais e Administrativas	(149.634)	-104%	5%	(143.040)	-104%	20%	(119.259)	-104%
Outras Despesas Operacionais	(264.960)	-108%	81%	(146.280)	-104%	106%	(71.041)	-102%
Outras Receitas	63.840	-98%	21%	52.594	-98%	2%	51.644	-98%
Outras Despesas	(105.978)	-103%	102%	(52.345)	-102%	42%	(36.827)	-101%
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>(684.078)</b>	<b>-119%</b>	<b>23%</b>	<b>(557.551)</b>	<b>-116%</b>	<b>22%</b>	<b>(457.325)</b>	<b>-114%</b>
Receita/Despesa Financeira	(951.968)	-127%	84%	(518.478)	-115%	-11%	(583.254)	-117%
Renda de Aplicações Financeiras .....	2.977	-100%	-51%	6.083	-100%	-2%	6.176	-100%
Acréscimo Moratório - Energia Vendida .....	140.809	-96%	25%	112.984	-97%	-21%	143.451	-96%
Variações Monetárias - Energia Comprada .....	(9.053)	-100%	-446%	2.617	-100%	18%	2.220	-100%
Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos .....	(370.457)	-111%	526%	(59.164)	-102%	-78%	(267.241)	-108%
Encargos de Dívidas .....	(39.315)	-101%	-24%	(51.734)	-102%	24%	(41.830)	-101%
Encargos Sobre Arrendamentos .....	(2.755)	-100%	100%	(4.641)	-100%	0%	-	-100%
Outras Receitas/Despesas Financeiras .....	(674.175)	-119%	29%	(524.623)	-115%	23%	(426.030)	-113%
<b>LUCRO ANTES DO IR E CS</b>	<b>(1.636.046)</b>	<b>-147%</b>	<b>52%</b>	<b>(1.076.029)</b>	<b>-132%</b>	<b>3%</b>	<b>(1.040.579)</b>	<b>-131%</b>
Imposto de Renda Diferido	9.668	-100%	-303%	(4.767)	-100%	-113%	37.673	-99%
Contribuição Social Diferida	3.480	-100%	-303%	(1.716)	-100%	-113%	13.562	-100%
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>(1.622.898)</b>	<b>-146%</b>	<b>50%</b>	<b>(1.082.512)</b>	<b>-132%</b>	<b>9%</b>	<b>(989.344)</b>	<b>-130%</b>

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$ 1.622,9 bilhão no encerramento do exercício de 2020, representando um aumento de 50% ante o prejuízo de R\$ 1.082,5 bilhão no exercício anterior. As principais variações ocorridas no resultado comparativo são descritas na sequência:

### *Receita Operacional*

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia registrou no exercício de 2020 uma redução de 2% em sua receita bruta, apresentando um montante de R\$ 5.824,7 bilhões ante um total de R\$ 5.952,9 bilhões em 2019. Esta redução se deve, principalmente, à queda no consumo de energia devido às ações para combater a disseminação da COVID-19, em especial, às ações que restringiram a circulação de pessoas, a abertura dos comércios e a paralização da atividade industrial.

No Fornecimento de Energia, a variação negativa de 9,59% na rubrica decorre da aplicação do reajuste tarifário negativo, vigente no período de novembro de 2019 a novembro de 2020 e da retração de consumo, principalmente nas classes industrial e comercial.

Na energia Elétrica de Curto Prazo – houve redução de 46,53% devido ao menor volume de sobras de energia com o valor do Preço de Liquidações e Diferenças – PLD também apresentando valores menores aos praticados no exercício anterior.

Em outro sentido, as outras Receitas Operacionais apresentaram variação positiva de 56,21%, R\$ 227 milhões em 2019 e R\$ 354,7 milhões em 2020, sendo resultado de repasse do subsídio tarifário de CDE e do subsídio tarifário baixa renda.

As Deduções da Receita Operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre vendas e os encargos intrassetoriais. As deduções da receita operacional foram reduzidas em 9,92%, representando R\$ 2.564,7 bilhões em 2019 e R\$ 2.310,2 bilhões em 2020. Esta variação decorre da redução dos tributos incidentes sobre o faturamento e nos encargos vinculados à conta CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2019 tinha o saldo de R\$ 524,2 milhões e em 2020 o saldo foi de R\$ 422 milhões. A cota CDE é definida pela ANEEL ao final de cada exercício para aplicação no exercício seguinte, sendo um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, como por exemplo: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; descontos tarifários referentes aos consumidores de baixa renda, produtores rurais; Irrigantes; geração e consumo de energia de fonte incentivadas; dentre outros.

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida em 2020 foi de R\$ 3.514,4 bilhões ante ao valor de R\$ 3.388,2 bilhões em 2019, refletindo uma queda de 4% devido aos fatores já explicados acima.

### *Custo com Energia Elétrica*

O Custo com Energia Elétrica apresentou elevação de 3%, com o saldo de R\$ 2.747,7 bilhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 2.662,7 bilhões em 2019. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao reajuste dos encargos com o sistema de transmissão. A partir de 1º de julho de 2020, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725, de 14 de julho de 2020, foram autorizadas as novas RAPs (Receita Anual Permitidas) para as transmissoras de energia que, além do impacto ordinário de 4% em média para os consumidores das distribuidoras, foi autorizado nesta mesma Resolução o repasse dos valores represados referente à incorporação do parâmetro “ke” (capital próprio) sobre a remuneração na RBSE (base blindada) relativos ao período de 1º de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2017, conforme regulamentação da Portaria do MME nº 120, de 2016. Estes valores estavam suspensos em função de liminares judiciais, entretanto, as mesmas foram cassadas e as parcelas foram incorporadas às receitas das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021.

### *Custo de Operação*

Em relação aos Custos de Operação, verifica-se redução de 3% quando comparados ao exercício de 2019, representados por R\$ 826,8 milhões em 2020 e R\$ 853,6 milhões em 2019.



Merecem destaque nesta variação a conta de pessoal, que reduziu 7% na comparação entre os exercícios, com o saldo de R\$ 396,7 milhões em 2020 e de R\$ 426,1 milhões em 2019. As rubricas com maior redução foram as de benefícios pós emprego, participação nos lucros, horas extras e vale transporte, mas não se limitando a estas.

As despesas de materiais também apresentaram redução em 32%, com o saldo de R\$ 17,3 milhões em 2020 e de R\$ 25,3 milhões em 2019, sendo provocado, principalmente, pelo maior nível de transferência de valores para o intangível e financeiro da concessão em 2020, através das ordens de investimento, do que no exercício anterior.

#### *Despesas Operacionais*

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 35% em 2020 quando comparado ao exercício de 2019, tendo o saldo de R\$ 581,8 milhões em 2020 e de R\$ 429,6 milhões no exercício anterior.

Neste contexto das despesas operacionais, merecem destaque as despesas com vendas que aumentaram 19%, representadas pelo saldo de R\$ 167,2 milhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 140,3 milhões em 2019. Tal variação é reflexo do aumento nos níveis de inadimplência do contas a receber vencido a mais de 90 (noventa) dias por conta dos reflexos da pandemia provocada pela infecção do vírus COVID-19. Os principais níveis de aumento da inadimplência foram verificados nas classes residencial, industrial e comercial, nas rubricas de fornecimento de energia e parcelamentos.

As outras despesas operacionais também apresentaram elevação de 81%, com o saldo de R\$ 264,9 milhões em 2020 e de R\$ 146,3 milhões no exercício anterior. O principal reflexo foi o registro de R\$ 94 milhões referente ao auto de infração que discutia, principalmente, a tributação do ICMS sobre a subvenção CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). O referido valor do auto de infração foi adicionado ao programa de parcelamentos (Programa “REFAZ Energia Elétrica”) instituído pelo Decreto nº 55.577/2020 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

#### *Resultado Financeiro*

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2020 aumentou 84% quando comparado ao saldo negativo de 2019. Em 2020 o saldo é de R\$ 951,9 milhões negativos e no exercício anterior o saldo negativo era de R\$ 518,5 milhões.

Destaca-se como fator impactante nesta oscilação os reflexos da variação cambial, que apresentava o saldo de R\$ 370,5 milhões em 2020 e de R\$ 48,8 milhões em 2019, refletindo em um acréscimo de R\$ 321,7 milhões em 2020, ou de 659%. A desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana chegaram aos patamares de 29,1% em 2020, passando de uma cotação de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019. Esta elevação no câmbio causa reflexo direto na despesa de variação cambial sobre os saldos da dívida com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Também cabe destacar os juros e multas apropriados sobre a inadimplência do tributo estadual ICMS e dos tributos federais PIS e COFINS, os quais totalizaram em 2020 o valor de R\$ 496,4 milhões ante ao valor de R\$ 389,9 milhões apropriados no exercício anterior.

**As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro entre os exercícios de 2019 e 2018 estão apresentadas abaixo:**

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$1.082 bilhão no encerramento do exercício de 2019, representando um aumento de 9% ante o prejuízo de R\$989.344 milhões no mesmo período de 2018.

*Receita Operacional*

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou no exercício de 2019 um aumento de 1%, apresentando um montante de R\$ 5.952,859 milhões ante um total de R\$ 5.899,209 milhões em 2018.

As principais rubricas que impactaram neste resultado estão descritas a seguir.

No Fornecimento de Energia Elétrica a variação foi irrelevante na comparação entre os exercícios 2018e 2019. Ocorreu um incremento de 7,35% por conta do reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, entretanto, houve a redução no consumo em 2019 devido ao desaquecimento da economia.

Na rubrica de Disponibilização do Sistema de Distribuição ocorreu a variação positiva de 15,27% devido ao reajuste tarifário do ciclo 2018/2019 e pelo incremento no ambiente de mercado livre em 5,11%, impulsionado pelos consumidores da classe comercial.

Sobre a Energia Elétrica de Curto Prazo, houve incremento de 71,86% em comparação ao exercício de 2018, isso em consequência do maior volume de sobras de energia liquidadas no mercado de curto prazo e diferenças de PLD entre os submercados (o preço do submercado sul, entre janeiro a setembro de 2019, foi superior aos preços dos submercados norte e nordeste no mesmo período).

Em sentido contrário, houve a redução da Receita de Construção 76,25%, representada pelo saldo de R\$ 141 milhões em 2019 e R\$ 209 milhões em 2018. Esta redução é resultante dos níveis mais baixos de investimentos ao longo de 2019.

As Deduções da Receita Operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre vendas e os encargos intrasetoriais. As deduções da receita operacional aumentaram em 0,03%, passando de R\$ 2.565,3 milhões em 2018 para R\$ 2.564,7 milhões em 2019. Esta variação decorre do aumento dos impostos diretos incidentes sobre a Receita, ICMS, PIS e COFINS na proporção do aumento de faturamento, porém, houve redução da quota CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2019 apresentava o saldo de R\$ 524,2 milhões ante ao valor de R\$ 613,8 milhões em 2018.

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida em 2019 foi de R\$ 3.388,2 milhões ante ao valor de R\$3.333,8 milhões em 2018 refletindo um acréscimo de 2%.

*Custo com Energia Elétrica*

No Custo com Energia Elétrica, a conta de compra de energia apresentou aumento de 4% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 2.189,0 milhões em 2018 para R\$ 2.270,7 milhões em 2019. Os principais fatores que ocasionaram este incremento foi o aumento na energia comprada de fonte hídrica em 7,29%, comparados ao exercício anterior. Este fato é explicado pelo acréscimo no preço da energia hídrica de cotas, em decorrência do reajuste das geradoras e pela despesa com energia de Itaipu, a qual está exposta à variação cambial.

*Custo de Operação*

Em relação aos Custos de Operação, verifica-se redução de 2% quando comparados ao exercício de 2018, representados por R\$ 867,5 milhões em 2018 e R\$ 853,8 milhões em 2019.

Merecem destaque nesta variação a conta de serviços de terceiros que aumento cerca de 63%, com saldo de R\$ 77,6 milhões em 2018 e R\$ 126,2 milhões em 2019. Este aumento é devido pelo aumento nos serviços de leitura e medição (R\$ 1 milhão); poda e desmatamento (R\$ 4 milhões); manutenção de software (R\$ 5 milhões); serviços de *call center* (R\$ 4,9 milhões); e pela reclassificação de custos apropriados nas ordens de investimentos, que, no momento da unitização, foram realocados para as contas de custeio, uma vez que não puderam ser mantidos no investimento segundo as diretrizes do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Destaca-se também a redução do custo de construção em 2019 em R\$ 67,9 milhões, quando em 2018 apresentou o saldo de R\$ 141,1 milhões ante ao saldo de R\$ 208,9 milhões em 2018. A variação negativa de 33% foi ocasionada pelo menor nível de investimentos em 2019, uma vez que foram concluídos os últimos projetos que tinham recursos dos programas de financiamentos mantidos com as instituições financeiras BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento).

Nas contas de depreciação e amortização ocorreu o aumento de despesa na ordem de R\$ 16,7 milhões. Em 2019 o saldo é de R\$ 111,3 milhões ante ao valor de R\$ 94,5 milhões do exercício anterior. Esta elevação de 18% se deve ao reconhecimento inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos que registrou em 2019 a despesa de depreciação do ativo de direito de uso no montante de R\$ 12,1 milhões.

#### *Despesas Operacionais*

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 40,90% em relação ao exercício de 2018, quando naquele exercício apresentava o saldo de R\$ 304,8 milhões e em 2019 fechou com o saldo de R\$ 429,5 milhões. Esta variação é justificada essencialmente pelo incremento de 281,26% na Provisão para Litígios Trabalhistas, impactada pelo reconhecimento do complemento da ação movida pelo Sindicato SENERGISUL, que reclama verbas atrasadas originadas do Plano de Cargos e Salários – PCS, e também pelo acréscimo do número de processos trabalhistas em relação a 2018.

Também contribuiu para a elevação das despesas operacionais o aumento da conta de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa em R\$ 23,3 milhões em decorrência, principalmente, à reversão de perda no exercício de 2018, em cerca de R\$ 16 milhões, relacionada às renegociações de dívidas de iluminação pública com duas prefeituras.

#### *Resultado Financeiro*

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2018 no montante de R\$ 583,2 milhões foi reduzido em 11%, passando para o saldo negativo de R\$ 518,5 em 2019. Destaca-se como fator impactante nesta variação os menores níveis de perdas cambiais em 2019, quando as despesas de variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e sobre a compra de energia Itaipu fecharam com R\$ 53,9 milhões ante ao valor de R\$ 258,1 milhões em 2018, significando uma redução de 79,2% na comparação entre os dois exercícios.

Por outro lado, há de se destacar os juros e multas apropriados sobre a inadimplência do tributo estadual ICMS e dos tributos federais PIS e COFINS, os quais totalizaram em 2019 o valor de R\$ 379,2 milhões ante ao valor de R\$ 304,4 milhões apropriados no exercício anterior.

## LAJIDA/EBITDA

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2020	2019	2018	Variação % 2020/2019	Variação % 2019/2018
Receita Operacional Líquida - ROL	3.514.445	3.388.151	3.333.828	3,73%	1,63
( - ) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.574.588)	(3.516.298)	(3.501.160)	1,66%	0,43
( - ) Despesas Operacionais	(623.935)	(429.403)	(289.995)	45,30%	48,07
Resultado do Serviço - EBIT	(684.078)	(557.550)	(457.326)	22,69%	21,92
( + ) Depreciação e Amortização	146.459	137.283	103.667	6,68%	32,43
<b>EBITDA</b>	<b>(537.619)</b>	<b>(420.267)</b>	<b>(353.660)</b>	<b>27,92%</b>	<b>18,83</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>-15,30%</b>	<b>-12,40%</b>	<b>-10,61%</b>	<b>-2,89%</b>	<b>-1,80</b>

O LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos no resultado da CEEE-D comentados anteriormente, verifica-se que o EBITDA apresentou variação negativa de 27,92%, passando do valor negativo de R\$ 420,3 milhões em 2019 para o valor negativo de R\$ 537,6 milhões em 2020.

Em 2019, o EBITDA teve um aumento negativo de 18,83, passando de um valor negativo de R\$ 353,6 milhões em 2018 para o valor negativo de R\$ 420,2 milhões em 2019.

A margem do EBITDA variou de forma negativa em 2,89% se comparado o exercício de 2020 com o exercício de 2019.

Já para o exercício de 2019, em comparação a 2018, a margem EBITDA variou negativamente em 1,8%.

Todas as demais informações estão apresentadas em notas explicativas das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

Informações e Indicadores Econômicos - Financeiros	2020	2019	2018	Variação % 2018/2017	Variação % 2017/2016
<b>Informações Financeiras</b>					
Ativo Total	4.014.864	4.200.389	4.148.987	-4,42%	1,24%
Passivo	9.757.758	7.890.670	6.501.428	23,66%	21,37%
Patrimônio Líquido	(5.742.894)	(3.690.282)	(2.352.441)	55,62%	56,87%
Receita Operacional Líquida	3.514.445	3.388.151	3.333.828	3,73%	1,63%
Resultado do Serviço (EBIT)	(684.078)	(557.551)	(457.325)	22,69%	21,92%
Prejuízo do Exercício	(1.622.898)	(1.082.512)	(989.344)	49,92%	9,42%
EBITDA (1)	(537.619)	(420.267)	(353.660)	27,92%	18,83%
PMS (2)	(530.135)	(564.508)	(494.242)	-6,09%	14,22%
<b>Indicadores Financeiros</b>					
Dívida Total (3)	944.110	784.422	802.726	20,36%	-2,28%
ROCE (4) (%)	120,25%	116,26%	117,53%	3,43%	-1,08%
Dívida Bruta/EBITDA	(1,76)	(1,87)	(2,27)	-5,91%	-17,77%
Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total (5) (%)	243,04%	187,86%	156,70%	29,38%	19,88%
Margem Operacional (6) (%)	-46,55%	-31,95%	-31,21%	45,70%	2,36%
Margem Líquida (7) (%)	-46,18%	-31,95%	-29,68%	44,53%	7,66%
Dívida Líquida (8)	889.261	709.394	665.320	25,36%	6,62%
PMS / ROL (%)	-15,08%	-16,66%	-14,83%	-9,46%	-1,84%
Cotação Unitária da Ação - ON (R\$ por lote mil)	(167,64)	(111,82)	(102,20)	-	-
Cotação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote mil)	(167,64)	(111,82)	(102,20)	-	-

(1) EBITDA = Resultado do Serviço menos depreciação e amortização.

(2) PMS = Pessoal Material e Serviços (excluídos efeitos CPC 33(R1))

(3) Dívida Total = Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

(4) ROCE - Retorno sobre o Capital Empregado = Receita Operacional Líquida/Ativo Não Circulante)x100

(5) Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total = Passivo Circulante +Passivo Não Circulante/Ativo Total x 100

(6) Margem Operacional = Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social/Receita Operacional Líquida x 100

(7) Margem Líquida = Lucro(Prejuízo) do Exercício/Receita Operacional Líquida

(8) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos - Disponibilidades

**10.2. Os diretores devem comentar:****a. resultados das operações do emissor**

O ano de 2020 apresentou um incremento de 1,1% no quantitativo de unidades consumidoras em relação a 2019, equivalente a 19.989 novos clientes, sendo 19.535 da classe residencial. Entretanto, ocorreram migrações de 88 unidades consumidoras para o ambiente de mercado livre, sendo 62 industriais, 19 comerciais e 7 serviços públicos.

A despeito desse aumento do número de consumidores, a distribuição de energia elétrica da CEEE-D finalizou 2020 com variação de -2,6% em relação a 2019, finalizando o ano com a distribuição de 7.786 GWh contra 7.990 GWh verificado no período anterior.

O mercado cativo da distribuidora reduziu-se em 3,8% em relação ao mercado verificado em 2019, encerrando 2020 com a distribuição de 6.325 GWh ao seu mercado cativo, contra 6.573 GWh realizada em 2019.

**i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

O mercado cativo da distribuidora reduziu-se em 3,8% em relação ao mercado verificado em 2019, encerrando 2020 com a distribuição de 6.325 GWh ao seu mercado cativo, contra 6.573 GWh realizada em 2019.

O consumo residencial em 2020 apresentou redução no faturamento de 3% em relação a 2019. A participação dessa classe no consumo cativo é aproximadamente 50%.

A classe industrial permanece apresentando retração no consumo cativo da companhia. Com participação de 5% em 2020, seu consumo foi reduzido em cerca de 27% em relação a 2019. Tal queda é explicada pela redução da demanda em função das ações para contenção da pandemia provocada pela infecção COVID-19.

O consumo comercial cativo, que representa 25% do mercado cativo total, reduziu 17% comparativamente a 2019. Esta redução está ligada também à redução do consumo em função da pandemia.

A classe rural, que representa 5% do consumo cativo, apresentou redução de 4% no consumo anual.

As demais classes, que juntas representam 8% do consumo cativo da companhia, apresentaram retração de -14%.

As receitas operacionais estão assim registradas nos exercícios findos em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

*Em milhares de R\$*

Receitas	2020	%	2019	%	2018
Fornecimento de Energia	4.830.030	-3%	4.983.946	13%	4.422.880
Disponibilização do Sistema de Distribuição	289.321	17%	247.796	15%	214.966
Outras Receitas Operacionais	705.343	-2%	721.117	18%	611.008
Deduções da Receita Operacional	(2.310.249)	-10%	(2.564.708)	21%	(2.123.281)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.514.445</b>	<b>3,73%</b>	<b>3.388.151</b>	<b>8,40%</b>	<b>3.125.572</b>

A receita de fornecimento, considerando apenas as vendas de energia ao mercado cativo, foi de R\$ 4.830 milhões em 2020 e de R\$4.983,9 milhões no exercício anterior. O quadro abaixo detalha a receita do Fornecimento por classe de consumo.

*Em milhares de R\$*

<b>Receita Fornecimento de Energia Elétrica</b>			
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Residencial	2.418.634	2.498.997	2.341.225
Industrial	235.648	323.840	367.198
Comercial	1.216.795	1.474.265	1.453.926
Rural	264.477	255.323	265.180
Outras Classes	414.580	480.590	455.900
Fornecimento Não Faturado e Itens de CVA	279.895	-49.069	-460.549
<b>Total</b>	<b>4.830.030</b>	<b>4.983.946</b>	<b>4.422.880</b>

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Variação % 2020/2019</b>	<b>Variação % 2019/2018</b>
Receita Operacional Bruta	5.824.694	5.952.859	5.899.209	-2,15%	0,91
Deduções da Receita Operacional	(2.310.249)	(2.564.708)	(2.565.381)	-9,92%	-0,03
Receita Operacional Líquida	3.514.445	3.388.151	3.333.828	3,73%	1,63
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.574.588)	(3.516.298)	(3.501.159)	1,66%	0,43
Custo com Energia Elétrica	(2.747.742)	(2.662.678)	(2.633.661)	3,19%	1,10
Custo de Operação	(826.846)	(853.621)	(867.498)	-3,14%	-1,60
Lucro Operacional Bruto	(60.143)	(128.149)	(167.331)	-53,07%	-23,42
Despesas Operacionais	(581.797)	(429.651)	(304.811)	35,41%	40,96
Pessoal	(356.086)	(381.343)	(372.967)	-6,62%	2,25
Material	(17.641)	(27.207)	(21.038)	-35,16%	29,32
Serviços	(156.408)	(155.958)	(100.237)	0,29%	55,59
Outros	(878.508)	(718.765)	(678.067)	22,22%	6,00
Outras Receitas	63.840	52.594	51.644	21,38%	1,84
Outras Despesas	(105.978)	(52.345)	(36.827)	102,46%	42,14
Resultado do Serviço	(684.079)	(557.552)	(457.326)	22,69%	21,92
Depreciação e Amortização	(146.459)	(137.283)	(103.667)	6,68%	32,43
EBITDA	(537.619)	(420.267)	(353.660)	27,92%	18,83
Margem EBITDA	-15,30%	-12,40%	-10,61%	23,33%	16,93
Receita/Despesa Financeira	(951.968)	(518.478)	(583.254)	83,61%	-11,11
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.148	(6.483)	51.236	-302,81%	-112,65
Resultado Líquido do Exercício	(1.622.898)	(1.082.512)	(989.344)	49,92%	9,42

**Resultado Operacional**

A Diretoria acredita que os resultados operacionais da Companhia foram afetados de maneira significativa pelos seguintes fatores:

Na receita operacional bruta a Companhia registrou no exercício de 2020 uma redução de 2% em sua receita bruta, apresentando um montante de R\$ 5.824,7 bilhões ante um total de R\$ 5.952,9 bilhões em 2019. Esta redução se deve, principalmente, à queda no consumo de energia devido às ações para combater a disseminação da COVID-19, em especial, às ações que restringiram a circulação de pessoas, a abertura dos comércios e a paralisação da atividade industrial.

As Deduções da Receita Operacional foram reduzidas em 9,92%, representando R\$ 2.564,7 bilhões em 2019 e R\$ 2.310,2 bilhões em 2020. Esta variação decorre da redução dos tributos incidentes sobre o faturamento e nos encargos vinculados à conta CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2019 tinha o saldo de R\$ 524,2 milhões e em 2020 o saldo foi de R\$ 422 milhões.

A receita líquida em 2020 foi de R\$ 3.514,4 bilhões ante ao valor de R\$ 3.388,2 bilhões em 2019, refletindo uma queda de 4% devido aos fatores já explicados acima.

O Custo com Energia Elétrica apresentou elevação de 3%, com o saldo de R\$ 2.747,7 bilhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 2.662,7 bilhões em 2019. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao reajuste dos encargos com o sistema de transmissão por conta do reajustes das RAPs (Receita Anual Permitida) a partir de 1º de julho de 2020, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725, de 14 de julho de 2020.

Em relação aos Custos de Operação, verifica-se redução de 3% quando comparados ao exercício de 2019, representados por R\$ 826,8 milhões em 2020 e R\$ 853,6 milhões em 2019, merecendo destaque nesta variação a conta de pessoal, que reduziu 7% na comparação entre os exercícios, com o saldo de R\$ 396,7 milhões em 2020 e de R\$ 426,1 milhões em 2019.

As despesas de materiais também apresentaram redução em 32%, com o saldo de R\$ 17,3 milhões em 2020 e de R\$ 25,3 milhões em 2019, sendo provocado, principalmente, pelo maior nível de transferência de valores para o intangível e financeiro da concessão em 2020, através das ordens de investimento, do que no exercício anterior.

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 35% em 2020 quando comparado ao exercício de 2019, tendo o saldo de R\$ 581,8 milhões em 2020 e de R\$ 429,6 milhões no exercício anterior, merecendo destaque as despesas com vendas que aumentaram 19%, representadas pelo saldo de R\$ 167,2 milhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 140,3 milhões em 2019. Tal variação é reflexo do aumento nos níveis de inadimplência do contas a receber vencido a mais de 90 (noventa) dias por conta dos reflexos da pandemia provocada pela infecção do vírus COVID-19. Os principais níveis de aumento da inadimplência foram verificados nas classes residencial, industrial e comercial, nas rubricas de fornecimento de energia e parcelamentos.

As outras despesas operacionais também apresentaram elevação de 81%, com o saldo de R\$ 264,9 milhões em 2020 e de R\$ 146,3 milhões no exercício anterior. O principal reflexo foi o registro de R\$ 94 milhões referente ao auto de infração que discutia, principalmente, a tributação do ICMS sobre a subvenção CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). O referido valor do auto de infração foi adicionado ao programa de parcelamentos (Programa “REFAZ Energia Elétrica”) instituído pelo Decreto nº 55.577/2020 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2020 aumentou 84% quando comparado ao saldo negativo de 2019. Em 2020 o saldo é de R\$ 951,9 milhões negativos e no exercício anterior o saldo negativo era de R\$ 518,5 milhões. Destaca-se como fator impactante nesta oscilação os reflexos da variação cambial, que apresentava o saldo de R\$ 370,5 milhões em 2020 e de R\$ 48,8 milhões em 2019, refletindo em um acréscimo de R\$ 311,3 milhões em 2020, ou de 526%. A desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana chegaram aos patamares de 29,1% em 2020, passando de uma cotação de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019. Esta elevação no câmbio causa reflexo direto na despesa de variação cambial sobre os saldos da dívida com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Também cabe destacar os juros e multas apropriados sobre a inadimplência do tributo estadual ICMS e dos tributos federais PIS e COFINS, os quais totalizaram em 2020 o valor de R\$ 496,4 milhões ante ao valor de R\$ 389,9 milhões apropriados no exercício anterior.

#### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Não se aplica a Companhia.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D adquiriu energia em moeda estrangeira, em US\$, através das cotas de Itaipu e o respectivo impacto no resultado financeiro está representado como segue:

Variação Cambial Energia Comprada			
Descrição / Valores	2020	2019	2018
Receita Financeira	3.262	5.182	9.196
Despesas Financeira	(28.465)	(10.380)	-
<b>Total</b>	<b>(25.203)</b>	<b>(5.198)</b>	<b>9.196</b>

O dólar de início do exercício de 2020 era de R\$ 4,02, finalizando o exercício na cotação de R\$ 5,19, provocando uma variação de 29,1% para cada 1 dólar de dívida da Companhia. Em 2019, o dólar iniciou o exercício com o câmbio de R\$ 3,87, finalizando o exercício com o câmbio de R\$ 4,02, com uma variação de 3,87% no exercício. Desta forma, o reflexo da variação cambial ao longo do exercício de 2020 foi relevantemente impactante no resultado da Companhia do que no exercício anterior, conforme demonstra o quadro seguinte:

Variação Cambial Empréstimos e Financiamentos			
Descrição / Valores	2020	2019	2018
Receita Financeira	233.446	258.465	195.259
Despesas Financeira	(603.903)	(307.248)	(219.382)
<b>Total</b>	<b>(370.457)</b>	<b>(48.783)</b>	<b>(24.123)</b>

No exercício de 2020 foi reconhecido como despesa financeira de variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos o montante de R\$ 370,5 milhões. Em 2019 esta despesa foi reconhecida pelo montante de R\$ 48,8 milhões, significando um aumento de 659% na despesa no exercício de 2020 em comparação ao exercício anterior.

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados: **DICON****
**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve.

**c. eventos ou operações não usuais**

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar suas demonstrações financeiras ou resultados.

**10.4. Os diretores devem comentar:**

No âmbito das principais normas divulgadas pelo *International Accounting Standard* – IASB e normatizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, não existiram novas normas com vigência a partir de 01 de janeiro de 2020:

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis no âmbito das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.



**Novas normas e interpretações ainda sem impacto**

Não houve novas normas, instruções ou pronunciamentos ainda sem impactos que ensejasse divulgação ou aplicação de forma antecipada na esfera das demonstrações financeiras aqui apresentadas.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor****Exercício de 2020**

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE-D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, porém, coloca somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 1.3 – Continuidade Operacional e Desestatização, que indica que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e, em 31 de dezembro de 2020, apresenta passivo a descoberto e excesso de passivos sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 5.742.894 mil e R\$ 1.069.651 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota Explicativa 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota Explicativa 1.3. A Companhia divulga também, que em 04 de julho de 2019 foi aprovado, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D. O 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeiro e, havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar estes condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, o qual dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário, sendo um condicionante que contribui para a implantação da proposta de desestatização. O leilão para desestatização da CEEE D, está agendado para dia 31 de março de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Provisão para déficit atuarial em plano de previdência**

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 20 – Provisão para Benefícios a Empregados, a Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado provisão para benefícios a empregados no passivo circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 175.670 mil e R\$ 1.375.719 mil, tendo a obrigação de benefício definido sido estimada pela administração com o auxílio de atuário independente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras e aos potenciais riscos ao resultado do exercício, e por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.

**Ativo financeiro de concessão**

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 12.2 – Ativo Financeiro de Concessão, a Companhia possuía registrado ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 253.046 mil em 31 de dezembro de 2020, que compreende valores a receber do Poder Concedente a título de indenização decorrente dos investimentos efetuados em infraestrutura que não serão completamente amortizados ao final do prazo da concessão. Esses recebíveis são mensurados com base no valor novo de reposição (VNR) em conexão com os processos de Revisão Tarifária Periódica, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Anualmente, esses ativos são atualizados monetariamente e ajustados pela movimentação dos bens que integram a infraestrutura da concessão.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos e pelo fato de que existe julgamento significativo por parte da administração quanto à definição de quais gastos são passíveis de capitalização como custo da infraestrutura, o que reflete diretamente na mensuração do ativo financeiro indenizável.

**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esta demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Demonstrações financeiras dos valores correspondentes examinada por outro auditor**

O exame das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de erros identificados na contabilização dos depósitos judiciais, descritos na Nota Explicativa no 4.29, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, sem ressalvas, em 30 de março de 2020. Em 13 de agosto, um novo auditor independente emitiu relatório de revisão sobre as demonstrações intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2020, onde revisou os ajustes mencionados na Nota Explicativa no 4.29 referente à reclassificação dos depósitos judiciais.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes, referente a reclassificação dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, descritos na Nota Explicativa no 4.29, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, devido a erros identificados na classificação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao início ou final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assegurar sobre as referidas demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

**Exercício de 2019**

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE-D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, porém, coloca somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às Demonstrações Financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 3.690.282 e R\$ 3.160.795 mil, respectivamente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante a qual pode levantar dúvidas sobre sua continuidade operacional. Essa mesma NE trata também da desestatização da Companhia. Em 04 de julho de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

A proposta de desestatização, no caso da CEEE –D, também está vinculada ao risco da perda de Concessão, já que no 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeira. Havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar estes condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, o qual dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

#### ***Outros Assuntos - demonstração do valor adicionado***

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Contábil e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Exercício de 2018**

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

#### ***Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional***

Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 2.352.441 mil e R\$ 1.872.025 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.4, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota 1.3. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### ***Outros Assuntos - demonstração do valor adicionado***

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins

de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executado em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

#### Ativo e Passivo financeiro setorial

A partir da adoção das normas IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (anteriormente denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado o que, na opinião dos Diretores, gera volatilidade nos resultados da Companhia. A partir de 31 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias com base na OCPC 08, que tornou obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão (no caso da Companhia, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014) o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Os diretores da Companhia entendem que o reconhecimento destes ativos e passivos financeiros setoriais está adequado aos negócios da Companhia.

#### Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

#### Vida útil do ativo intangível

O ativo intangível da concessão, que representa o direito de cobrar os consumidores pelos investimentos realizados na infraestrutura da concessão, são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao ativo que gerou o direito (vida útil regulatória dos ativos estabelecida pela ANEEL) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois, o menor.

As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviço da concessão são as seguintes:

<b>Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante</b>	<b>Taxa anual</b>
Condutor (Tensão=>69kv)	2,70%
Condutor (Tensão<69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os demais ativos intangíveis, basicamente softwares e direitos dessa natureza, são amortizados com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para estes ativos. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

#### Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

#### Provisões Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre seus saldos de contas a receber. Esta estimativa é construída a partir de análise histórica sobre a inadimplência dos últimos 24 meses, com o objetivo de avaliar possíveis alterações significativas no risco de crédito para todas as carteiras de ativos contratuais. Desta forma, a Administração considera que as perdas estão registradas por valor suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

#### Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

#### Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia avalia o ativo financeiro da concessão pelo valor justo por meio do resultado (as variações ocorridas transitam no resultado), de acordo com o CPC 48 – instrumentos Financeiros, considerando o modelo de negócios da Companhia e as características do fluxo de caixa da indenização, pois este é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e tem sua estimativa baseada no valor novo de reposição - VNR depreciado da Base de Remuneração Regulatória - BRR, que é revisada a cada 05 anos, dentro dos processos de Revisão Tarifária da Distribuidora. Nos períodos entre as Revisões Tarifárias, a Administração atualiza o ativo financeiro da concessão pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de acordo com o definido na regulamentação para atualização da Base de Remuneração.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. Neste sentido, a Companhia aplica sobre os valores de fornecimento não faturado um percentual estimado de perdas, construído através de uma matriz de perdas, que demonstra o histórico de inadimplência das contas a receber nos últimos 24 meses, isso para adequar às exigências das normativas IFRS 15 / CPC 47. A estimativa da receita não faturada (os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. A Administração entende que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
  - iv. contratos de construção não terminada**
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme relatado no item 10.6, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

A Companhia vem reforçando a infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica na sua área de concessão, através da realização de um conjunto de obras de expansão e adequação no sistema elétrico de alta, média e baixa tensão, com vistas ao atendimento do crescimento do mercado consumidor, da melhoria contínua da qualidade, confiabilidade e segurança do sistema, garantindo o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio Grande do Sul e favorecendo a qualidade de vida da população gaúcha.

Os investimentos realizados pela CEEE-D na Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição, com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica, ao longo de 2020 totalizaram cerca de R\$ 156 milhões.

O plano de investimentos de expansão e renovação das Instalações de transmissão da distribuidora tem seu foco no incremento e melhoria da capacidade do sistema em 69kV e 138kV visando garantir maior disponibilidade e segurança para o sistema elétrico, reduzindo o carregamento dos alimentadores e transformadores das subestações, aumentando assim a confiabilidade de atendimento aos consumidores, além da melhoria dos indicadores técnicos DEC e FEC.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos:**

Além das obras em andamento, os quais se baseiam com recursos próprios, a Companhia conta com dois importantes financiamentos contratados com instituições de fomento internacionais que, juntos, totalizam US\$ 218 milhões. Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde o contrato soma US\$ 130,56 milhões e, junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de US\$ 87,46 milhões, destinado a financiar a totalidade da contrapartida ao BID.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:**

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

Não houve investimentos em novos produtos e serviços.

**10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas no formulário.

## **2 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2020**

(cfe. anexo 9-1-ii da instrução cvm nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada)

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D encerrou o exercício de 2020 com prejuízo de R\$ 1.622,9 milhões não apresentando resultados a destinar aos seus acionistas.

## **3 - ELEGER CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO**

(cfe. art. 10 da instrução cvm nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

**12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor:**

Apresentamos abaixo o nome dos Conselheiros de Administração indicados para os cargos, bem como seus dados pessoais:

<b>a. nome</b>	<b>Vera Inêz Salgueiro Lermen</b>
<b>b. data Nascimento</b>	27/06/1953
<b>c. profissão</b>	Economista
<b>d. CPF ou Passaporte</b>	259.547.330-15
<b>e. cargo eletivo ocupado</b>	Conselheira de Administração
<b>f. data de eleição</b>	30/04/2021
<b>g. data da posse</b>	25/05/2021
<b>h. prazo do mandato</b>	2 anos
<b>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</b>	Presidente do Conselho de Administração da CEEE-D
<b>j. foi eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência</b>	Não
<b>l. nº de mandatos consecutivos</b>	4
<b>m. informações sobre:</b>	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	



* nome e setor de atividade da empresa	Servidora Pública Estadual desde 26/05/1978, exerce o cargo de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Coordenadora da Comissão de Finanças de 2011 a 2012 Coordenadora da Comissão de Agricultura em 2014 Assessora Técnica da bancada do PMDB – Área Financeira de 2007 a 2010 e 2013
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

<b>a. nome</b>	<b>Marco da Camino Ancona Lopez Soligo</b>
<b>b. data Nascimento</b>	22/06/1967
<b>c. profissão</b>	Economista
<b>d. CPF ou Passaporte</b>	104.977.358-65
<b>e. cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro de Administração Titular
<b>f. data de eleição</b>	30/04/2021
<b>g. data da posse</b>	25/05/2021
<b>h. prazo do mandato</b>	2 anos
<b>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</b>	Diretor-Presidente da Companhia
<b>j. foi eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência</b>	Não
<b>l. nº de mandatos consecutivos</b>	2

<b>m. informações sobre:</b>	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	Exerceu o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro na Rio Grande Energia de 2007 a 2009. Exerceu o cargo de Diretor Corporativo no Grupo Gomes Lourenço de 2009 a 2016. Exerce o cargo de Diretor Estatutário na Governare.
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

<b>a. nome</b>	<b>André Boff Cruz</b>
<b>b. data Nascimento</b>	25/08/1970
<b>c. profissão</b>	Engenheiro Eletricista
<b>d. CPF ou Passaporte</b>	608.044.830-00
<b>e. cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro de Administração
<b>f. data de eleição</b>	30/04/2021
<b>g. data da posse</b>	25/05/2021
<b>h. prazo do mandato</b>	2 anos
<b>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</b>	Empregado da CEEE-GT
<b>j. foi eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência</b>	Não
<b>l. nº de mandatos consecutivos</b>	2
<b>m. informações sobre:</b>	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	

* nome e setor de atividade da empresa	<p>Exerce o cargo de Diretor de Transmissão da Companhia.</p> <p>Exerceu o cargo de chefe da Divisão de Engenharia da Transmissão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 2017 à 2020.</p> <p>Exerceu o cargo de chefe dos Serviços integrados de Engenharia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 2015 à 2017.</p> <p>Exerceu o cargo de Assistente Executivo do Diretor-Presidente da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 2014 à 2015.</p>
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

<b>a. nome</b>	<b>Jurandi Cardoso Pazzim</b>
<b>b. data Nascimento</b>	27/01/1947
<b>c. profissão</b>	Advogado
<b>d. CPF ou Passaporte</b>	100.017.940-00
<b>e. cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro de Administração
<b>f. data de eleição</b>	30/04/2021
<b>g. data da posse</b>	25/05/2021
<b>h. prazo do mandato</b>	2 anos
<b>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</b>	Não
<b>j. foi eleito pelo controlador</b>	Sim

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	Exerce o cargo de advogado no escritório de advocacia Pazzim Advogados e Associados. Exerceu o cargo de Assessor Jurídico na empresa Smdt Engenharia e Construção Ltda, área cível e trabalhista no período de 2010 a 2013. Exerceu o cargo de Assessor Jurídico na empresa Centersul Engenharia e Planejamento Ltda. de 1996 a 2002.
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

a. nome	<b>Dimas Natal Filho</b>
b. data Nascimento	14/11/1974
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou Passaporte	041.742.607-02
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração Titular
f. data de eleição	30/04/2021
g. data da posse	25/05/2021
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. foi eleito pelo controlador	Não

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	3
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	Exerceu o cargo de Chefe da Divisão de Análise e Acompanhamento da Gestão Técnica e Operacional da Eletrobras de 2004 a 2016 Exerce o cargo de Chefe de Divisão na Eletrobras
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

a. nome	<b>Rodrigo Madeira Henrique de Araújo</b>
b. data Nascimento	10/01/1968
c. profissão	Advogado
d. CPF ou Passaporte	011.043.607-56
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração Titular
f. data de eleição	30/04/2021
g. data da posse	25/05/2021
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. foi eleito pelo controlador	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	2

<b>m. informações sobre:</b>	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	Exerceu o cargo de Coordenador Geral da Diretoria de Administração da Eletrobras
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

**12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

<b>Conselho de Administração - CA</b>	<b>Total de Reuniões realizadas pelo CA no último exercício</b>	<b>% de participação do conselheiro nas reuniões, após a posse</b>
<b><u>Titulares</u></b>		
Vera Inêz Salgueiro Lermen		100%
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo		100%
Everton Santos Oltramari		100%
Jurandi Cardoso Pazzim	32	53,12%
André Boff Cruz		18,75%
Dimas Natal Filho		96,87%
Rodrigo Madeira Henrique de Araújo		93,75%

**12.7/8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:**

Apresentamos abaixo o nome dos membros titulares e suplentes do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como seus dados pessoais:

<b>a. nome</b>	<b>Hélio Levi da Silva</b>
<b>b. CPF</b>	106.464.930-00
<b>c. data Nascimento</b>	24/07/1948
<b>d. profissão</b>	Contador
<b>e. tipo de comitê</b>	Comitê de Auditoria
<b>f. descrição de outras atividades</b>	não há
<b>g. tipo de comitê de auditoria</b>	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
<b>h. cargo ocupado</b>	membro do comitê efetivo
<b>i. descrição de outros cargos ocupados</b>	não há
<b>j. data eleição</b>	08/04/2019
<b>k. data de posse</b>	10/04/2019
<b>l. prazo do mandato</b>	3 anos
<b>m. nº de mandatos consecutivos</b>	1
<b>n. percentual (%) de participação nas reuniões</b>	100%
<b>o. outros cargos/função exercidas no emissor</b>	não há
<b>p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência</b>	Sócio da Levi Auditores s/s, hoje Levi Serviços Contábeis e Perícias s/s - 1991 a 2019; Chefe de Gabinete da Presidência da TRENSURB - fevereiro de 2017 a dezembro de 2017; Sócio da SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes - 2012 a 2014; Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal da CEEE - 2007 a 2011; Conselheiro do Conselho Fiscal da CRM - 2007 a 2011; Não houve qualquer tipo de condenação.
<b>q. tipo de condenação</b>	não há
<b>r. descrição da condenação</b>	não houve qualquer tipo de condenação

<b>a. nome</b>	<b>Luiz Jose Nogueira Lima</b>
<b>b. CPF</b>	105.11.855-87

c. data Nascimento	19/10/1954
d. profissão	Administrador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê efetivo
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	100%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Atual Membro do Comitê de Auditoria da CORSAN desde 2018; Gerente Financeiro, Administrativos e Recursos Humanos do Grupo GEBOMSA S.A - 2015 a 2017; Diretor de Controladoria e Vice-Presidente do Grupo AMPER S.A - 2002 a 2012; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	<b>Marco Antonio Mayer Foletto</b>
b. CPF	480.083.380-91
c. data Nascimento	24/03/1970
d. profissão	Contador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê efetivo
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	100%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Atual Presidente do Conselho de Administração da TRANSPETRO desde 2018 com mandato até 2020; Atual Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da CORSAN desde 2018 com mandato até 2021; Membro do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - janeiro de



	2019 a dezembro de 2019;  Conselheiro Independente do Conselho de Administração do BANRISUL - 2018 a 2019; Diretor Financeiro Interino da SUPERBAC BIOTECH - 2016 a 2017; Conselheiro Fiscal Independente da INDG Falconi - 2015 a 2017; Diretor de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional - 2015 a 2016.  Não houve qualquer tipo de condenação.
<b>q.</b> tipo de condenação	não há
<b>r.</b> descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

<b>a.</b> nome	<b>Maurício Augusto Souza Lopes</b>
<b>b.</b> CPF	106.159.278-23
<b>c.</b> data Nascimento	26/02/1968
<b>d.</b> profissão	Contador
<b>e.</b> tipo de comitê	Comitê de Auditoria
<b>f.</b> descrição de outras atividades	não há
<b>g.</b> tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
<b>h.</b> cargo ocupado	membro do comitê efetivo
<b>i.</b> descrição de outros cargos ocupados	não há
<b>j.</b> data eleição	08/04/2019
<b>k.</b> data de posse	10/04/2019
<b>l.</b> prazo do mandato	3 anos
<b>m.</b> nº de mandatos consecutivos	1
<b>n.</b> percentual (%) de participação nas reuniões	100%
<b>o.</b> outros cargos/função exercidas no emissor	não há
<b>p.</b> experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Membro e Presidente de Auditoria do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - 2012 a 2016; Membro do Comitê de Auditoria da Fundação de Previdência Privada CESP - 2007 a 2016; Conselheiro do Conselho Fiscal da Fundação de Energia e Saneamento - 2007 a 2008; Não houve qualquer tipo de condenação.
<b>q.</b> tipo de condenação	não há
<b>r.</b> descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

<b>a.</b> nome	<b>Tiago Rego De Lima</b>
<b>b.</b> CPF	923.056.360-91
<b>c.</b> data Nascimento	13/03/1977
<b>d.</b> profissão	Contador
<b>e.</b> tipo de comitê	Comitê de Auditoria
<b>f.</b> descrição de outras atividades	não há
<b>g.</b> tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
<b>h.</b> cargo ocupado	membro do comitê efetivo

i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	100%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	<p>Atual Diretor de Auditoria e de Operações - Assessoria Técnica em Alimentação Coletiva desde 2016;</p> <p>Atual Sócio e Consultor Empresarial - Núcleo Reestruturação e Performance desde 2018;</p> <p>Coordenador de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas - Grupo DIMED - 2015 a 2016;</p> <p>Gerente de Processos e Controles - C&amp;A Modas - 2013 a 2014;</p> <p>Coordenador de Auditoria - Forjas TAURUS - 2010 a 2013;</p> <p>Coordenador de Projetos de Auditoria - Lojas RENNEN - 2003 a 2010;</p> <p>Não houve qualquer tipo de condenação.</p>
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	<b>Allan Machado Kovalscki</b>
b. CPF	923.951.120-20
c. data Nascimento	08/07/1978
d. profissão	Tecnólogo em Processos Gerenciais
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê suplente
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	0%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	<p>Atual Superintendente de Controles Internos e Gestão de Riscos e Compliance da CORSAN – desde 2016;</p> <p>Superintendente de Relacionamento com Cliente da CORSAN - 2012 a 2016;</p> <p>Chefe do Departamento de Gestão de Canais de Relacionamento da CORSAN - 2010 a 2012;</p> <p>Não houve qualquer tipo de condenação.</p>

<b>q.</b> tipo de condenação	não há
<b>r.</b> descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

<b>a.</b> nome	<b>Jose Ivo Dos Santos Lóss</b>
<b>b.</b> CPF	197.530.710-00
<b>c.</b> data Nascimento	02/12/1955
<b>d.</b> profissão	Contador
<b>e.</b> tipo de comitê	Comitê de Auditoria
<b>f.</b> descrição de outras atividades	não há
<b>g.</b> tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
<b>h.</b> cargo ocupado	membro do comitê suplente
<b>i.</b> descrição de outros cargos ocupados	não há
<b>j.</b> data eleição	08/04/2019
<b>k.</b> data de posse	10/04/2019
<b>l.</b> prazo do mandato	3 anos
<b>m.</b> nº de mandatos consecutivos	1
<b>n.</b> percentual (%) de participação nas reuniões	0%
<b>o.</b> outros cargos/função exercidas no emissor	não há
<b>p.</b> experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Conselheiro do Conselho Fiscal Companhia Energética Do Rio Grande do Norte - COSERN - 2015 a 2016; Auditor Geral - Sauípe S.A - 2004 a 2015; Conselheiro do Conselho Fiscal Forjas Taurus S.A - 2010 a 2014; Conselheiro do Conselho Fiscal Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A - 2005 a 2007; Não houve qualquer tipo de condenação.
<b>q.</b> tipo de condenação	não há
<b>r.</b> descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

<b>a.</b> nome	<b>Jose Salvador Ramos De Oliveira</b>
<b>b.</b> CPF	294.163.020-15
<b>c.</b> data Nascimento	22/03/1960
<b>d.</b> profissão	Contador
<b>e.</b> tipo de comitê	Comitê de Auditoria
<b>f.</b> descrição de outras atividades	não há
<b>g.</b> tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
<b>h.</b> cargo ocupado	membro do comitê suplente
<b>i.</b> descrição de outros cargos ocupados	não há
<b>j.</b> data eleição	08/04/2019
<b>k.</b> data de posse	10/04/2019
<b>l.</b> prazo do mandato	3 anos
<b>m.</b> nº de mandatos consecutivos	1
<b>n.</b> percentual (%) de participação nas reuniões	0%
<b>o.</b> outros cargos/função exercidas no emissor	não há
<b>p.</b> experiência profissional / declaração de eventuais	Atual Sócio - OFC Assessoria Empresarial LTDA

condenações / critérios de independência	desde 2010; Sócio - Sfredo Auditoria e Consultoria S/S - 2009 - 2010; Gerente Sênior Tributário - Ernst & Young Serviços Tributários S/S - 1998 a 2009; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	<b>Antonio Edson Maciel Dos Santos</b>
b. CPF	112.567.138-64
c. data Nascimento	23/10/1971
d. profissão	Administrador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê suplente
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	0%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Diretor de Auditoria Interna e Gestão de Riscos - LIQ CORP S.A / SP - 2014 a 2018; Diretor de Gestão de Riscos e Controles Internos e Diretor de Auditoria Interna - WALMART Brasil LTDA - RS e SP - 2005 a 2013; Gerente de Divisão de Auditoria Interna e Gestão de Riscos - SONAE Distribuição Brasil S.A / RS - 1995 a 2005; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	<b>Silverio Miranda Neto</b>
b. CPF	212.110.940-49
c. data Nascimento	11/05/1958
d. profissão	Administrador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê suplente
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019

<b>l.</b> prazo do mandato	3 anos
<b>m.</b> nº de mandatos consecutivos	1
<b>n.</b> percentual (%) de participação nas reuniões	0%
<b>o.</b> outros cargos/função exercidas no emissor	não há
<b>p.</b> experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Atual Consultor/Auditor junto ao Setor Público desde 2017; Auditor Público Externo do TCE/RS de 1991 a 2016; Assessor da Comissão de Finanças AL/RS (PPA e LDO 2016); Conselheiro do Conselho de Administração da CORSAN 2015/2018; Não houve qualquer tipo de condenação.
<b>q.</b> tipo de condenação	não há
<b>r.</b> descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

**12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor**
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre as partes informadas acima.

**12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

A estrutura organizacional do Grupo CEEE é composta por uma Holding não operacional (CEEE PAR).

A CEEE-D possui em seus órgãos de gestão (Diretoria e Conselho de Administração) e Conselho Fiscal representantes dos acionistas CEEE-PAR e Eletrobras.